

PAULO BONAVIDES

TEORIA DO ESTADO

***3ª edição
revista e ampliada***

** MALHEIROS
EDITORES**

TEORIA DO ESTADO

© *Paulo Bonavides*

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 822-9205 — Fax: (011) 829-2495

Fotocomposição
Helvética Editorial Ltda.

Capa
Vânia Lúcia Amato

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
1-1995

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO, 13

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO, 15

1. DOS FINS DO ESTADO

1. Dos fins do Estado, 17 — 2. Importância do problema, 19 — 3. Posição de Nelson (neonaturalismo jurídico), Kelsen e Jellinek, 20 — 4. A nova doutrina francesa e a interpretação teleológica da atividade estatal, 21 — 5. Afirmção de uma teleologia do Estado com base em Jhering, 22 — 6. A finalística estatal e as grandes divisões do direito, 23 — 7. O critério metodológico de Seidler: a concepção teleológica dos fins do Estado perante a doutrina social-biológica, 23 — 8. O método krausista de Ahrens e a consideração unitária do problema, 24 — 9. Proposição de um último critério: o histórico, 25

2. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO TELEOLÓGICO NA DOUTRINA DO ESTADO

1. O organicismo da Antigüidade: Aristóteles, Platão e Cícero, 26 — 2. A reação doutrinária da Igreja ao pensamento absolutista da idade greco-romana, 27 — 3. O Estado enquanto meio para a realização dos fins espirituais da cristandade, 28

3. O DIREITO NATURAL E O ESTADO

1. As nascentes históricas do moderno direito natural, 29 — 2. O indivíduo, matriz do direito, 30 — 3. A “lex aeterna” e a “ratio”, 30 — 4. Caráter pessimista do direito natural escolástico, 30 — 5. Rousseau e a racionalização do jusnaturalismo, 31 — 6. O desmembramento do direito natural da teologia cristã (Grotius), 31 — 7. A determinação da natureza humana por Grotius e a coincidência desta com o direito, como único meio de alcançar o *direito justo*, 31 — 8. A superação de Grotius e de todo o direito natural, ante a impossibilidade de determinar a verdadeira *natureza humana*, 32 — 9. A teleologia estatal, conceito eminentemente

jurídico, 33 — 10. Jusnaturalismo: teoria revolucionária?, 34 — 11. O direito natural: direito rigorosamente conservador, 36 — 12. A reação conservadora perfilha, no direito a escola histórica, 37

4. O ESTADO POLICIAL, O ESTADO DE DIREITO E O ESTADO ÉTICO-CULTURAL

1. O Estado policial de Wolf e a formulação individualista do absolutismo, 38 — 2. Mercantilismo, eudemonismo e despotismo: “tudo para o povo, nada, porém, pelo povo”, 39 — 3. O *Estado jurídico* de Kant e a sua fundamentação no liberalismo econômico do século XVIII, 40 — 4. A proteção do direito como finalidade suprema do Estado, 43 — 5. Importância da teoria contratual de Kant do ponto de vista teleológico, 44 — 6. Principais objeções à filosofia kantiana do Estado, 46 — 7. O *Estado ético-cultural* de Hegel: O Estado *como é* e não *como deveria ser*, 46 — 8. Conceito hegeliano de liberdade, 48 — 9. Consubstanciação da vontade particular na vontade social, 49 — 10. O fim do Estado no interesse coletivo, 51

5. A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

1. Do socialismo utópico ao socialismo científico, 52 — 2. Karl Marx e a reinterpretação sociológica do fenômeno estatal, 57 — 3. A mecânica marxista e o organicismo hegeliano, 58 — 4. Reação às doutrinas clássicas da teleologia estatal (Estado *econômico* e a sociedade de classes), 59 — 5. Caráter negativista da dialética marxista: a superação do Estado e o seu processo natural de extinção, 60 — 6. Crítica de Lenin aos teóricos da II Internacional, definindo a essência antiestatal do pensamento marxista, 61 — 7. As contradições do marxismo vistas por Jellinek e Stamler, 64 — 8. Objeções da doutrina alemã (Heller e Helfritz) à teoria antiestatal de Marx, 65

6. O PODER POLÍTICO DO “TERCEIRO ESTADO”

1. O poder político do *terceiro estado*, 66 — 2. A monarquia absoluta e a classe burguesa, 67 — 3. As lutas que precedem o advento do *terceiro estado*, 68 — 4. Da monarquia absoluta ao Estado liberal-democrático, 69 — 5. O marxismo e o triunfo do *terceiro estado*, 72 — 6. A Revolução Francesa foi a vitória do *terceiro estado*, 73 — 7. A exceção histórica da Inglaterra, 74 — 8. O poder político da burguesia: um poder progressista e necessário à liberdade humana, 75

7. DO VELHO AO NOVO FEDERALISMO

1. A transformação federalista, 77 — 2. A essência da Federação, 78 —

3. Elasticidade necessária do princípio federativo, federalismo e antifederalismo, 80 — 4. O despertar da consciência federalista na Idade Moderna, 81 — 5. O intervencionismo e o federalismo do século XX, 84 — 6. As origens americanas do federalismo brasileiro, 85 — 7. O Estado social e a crise federalista no Brasil, 88 — 8. Aspectos da crise, 90 — 9. A reforma da Federação brasileira, 91

8. PARTIDO POLÍTICO NO IMPÉRIO

1. O partido político no Império, 93 — 2. Sua feição agrária e hegemonia das elites, 95 — 3. José Bonifácio e a intuição dos nossos rumos sociais na questão do Brasil servil, 96 — 4. Elites “versus” caudilhismo, 97 — 5. A conselheira entre liberais e conservadores do Império no desprezo comum votado aos princípios e às idéias, 97 — 6. A luta pelo poder e a corrupção da vida partidária, 101 — 7. O incorrigível sebastianismo da atualidade, 104

9. O ATO ADICIONAL À CARTA DO IMPÉRIO

1. O Ato Adicional: única emenda à Constituição do Império, 106 — 2. O Ato Adicional: um instrumento de compromisso, 109 — 3. A desforra dos liberais contra a dissolução da Constituinte, 109 — 4. A inspiração federalista do Ato Adicional, 110 — 5. O contra-ataque das forças reacionárias ao Ato Adicional, 111 — 6. O Ato Adicional aquém das pretensões liberais, 112

10. FATORES ECONÔMICOS NA CRISE POLÍTICO-PARTIDÁRIA, DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE 30

1. Depressão econômica, com agravamento da questão social, às vésperas da Revolução de 1930, 114 — 2. Rui Barbosa e as origens americanas do constitucionalismo republicano, 115 — 3. A revolução industrial retardada, 118 — 4. Os partidos políticos convocados ao desempenho de missão histórica, 120 — 5. Crise dos partidos — Decadência do bacharel — Plutocracia e corrupção, 121

11. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARLAMENTARISMO

1. A democracia, a liberdade e o sistema representativo, 125 — 2. A teoria do governo parlamentar: 2.1 igualdade do poder legislativo e do poder executivo, 128; 2.2 princípio da colaboração de poderes, 129; 2.3 relações recíprocas de controle dos dois poderes, 130 — 3. A formação histórica do governo parlamentar na Inglaterra, 131 — 4. A progressiva democratização do princípio parlamentar produz um parlamentarismo monista: o governo de gabinete, 135

12. MONTESQUIEU E O PENSAMENTO DE LIBERDADE NO SÉCULO XVIII

1. O antiabsolutismo de Montesquieu e o despertar da consciência liberal na França pré-revolucionária, 138 — 2. Crítica e elogio do pensador político: o filósofo, o jurista, o sociólogo, 143 — 3. Do *Espírito das Leis*, sentido e plano da obra, 145 — 4. A teoria das formas de governo, 148 — 5. O governo republicano: 5.1 a democracia, 149; 5.2 a aristocracia, 151 — 6. O governo monárquico, 153 — 7. O governo despótico, 155 — 8. A teoria da liberdade e o princípio da separação de poderes, 156 — 9. O regime representativo e as relações entre os poderes, 160 — 10. O pensamento de liberdade no século XVIII, 162

13. O PARLAMENTARISMO E O PRESIDENCIALISMO

1. A ditadura não é solução para os problemas do subdesenvolvimento, 164 — 2. As distorções do presidencialismo, 165 — 3. A herança trágica do presidencialismo, 166 — 4. Estado social e Estado de Direito com parlamentarismo, 168 — 5. O declínio da legitimidade no sistema presidencial, 169 — 6. A restauração da legitimidade pelo parlamentarismo, 170 — 7. A Tópica e a interpretação do parlamentarismo (Martin Kriele), 171 — 8. Só o parlamentarismo acaba com a hegemonia dos tecnocratas, 172 — 9. O parlamentarismo e a criação de um tribunal constitucional, 173 — 10. O presidencialismo em face das crises, 173 — 11. Os ministérios presidencialistas, 174

14. O PARLAMENTO

1. O futuro dos parlamentos, 177 — 2. O bicameralismo e a estrutura do parlamento, 179 — 3. O bicameralismo e a democracia, 180 — 4. As Comissões parlamentares, 181 — 5. O parlamento e a Oposição, 183 — 6. A teoria da Oposição, 184 — 7. A força da Oposição, 186

15. A DEMOCRACIA

1. A democracia e o Estado de Direito, 189 — 2. A democracia-substantivo, 191 — 3. A superioridade da democracia, 192 — 4. A democracia e o voto vinculado, 193 — 5. O voto distrital, 195 — 6. O plebiscito e a democracia, 197 — 7. O povo e a realidade política, 199 — 8. O estado de sítio e a ditadura, 201 — 9. A separação de poderes e a democracia, 202

16. O PODER CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO

1. O poder constituinte, 205 — 2. A necessidade das Constituições, 206 — 3. Os dois poderes constituintes: o poder constituinte formal e o poder

constituinte material, 207 — 4. A correspondência da Constituição com a realidade, 209 — 5. Vinte e um anos de Governo sem legitimidade, 211 — 6. Do Estado social de arbítrio ao Estado de Direito, 212 — 7. O respeito à Constituição: parte essencial da normatividade dos textos constitucionais, 213

17. A TEORIA DA LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL

1. O problema de legitimidade das Constituintes e das Constituições, 215 — 2. A crise de legitimidade constitucional no Brasil, 216 — 3. Três teorias sobre a crise dos sistemas constitucionais, 217 — 4. A importância dos elementos materiais para a legitimidade das Constituições, 219 — 5. Conservadores e reacionários como arquitetos da crise constitucional, 220 — 6. O “consensus constitutionis”: pressuposto da normatividade constitucional, 220

18. AS QUATRO CATEGORIAS DE ESTADO SOCIAL NAS CONSTITUIÇÕES

1. As Constituições do Estado social, 223 — 2. A revolução do Estado social: uma revolução pluralista e democrática, 225 — 3. A controvérsia acerca da expressão *Estado social*, 226 — 4. O caráter inicialmente programático que teve a inserção da ordem econômica e social nas Constituições, 227 — 5. Com as normas programáticas funda-se uma categoria de Estado social conservador, 228 — 6. A segunda categoria de Estado social: o da concretização da igualdade e da justiça social, 229 — 7. A terceira categoria de Estado social: o que altera e transforma o “statu quo” da sociedade capitalista e abre caminho à implantação do socialismo, 230 — 8. A quarta categoria de Estado social: o Estado social das ditaduras, 232

19. A TECNOCRACIA, O PODER MILITAR E O PODER MODERADOR

1. A tecnocracia, 233 — 2. Controle parlamentar e tecnocracia, 235 — 3. O contra-humanismo da tecnocracia, 236 — 4. O poder militar na história constitucional do Brasil, 238 — 5. Socialismo militar e democracia de direita, 244 — 6. A monarquia, 246 — 7. O Poder Moderador, 247 — 8. A sociedade, o Estado e a Igreja, 249

20. A CRISE DA INTEGRIDADE DO ESTADO: A “MEXICANIZAÇÃO” DA AMAZÔNIA E O ASSALTO À SOBERANIA

1. A perda dos territórios mexicanos depois da independência, 251 —

2. As analogias da situação do Brasil contemporâneo com a do México no século XIX, 253 — 3. A “mexicanização” da Amazônia principia com o Estatuto da Hiléia Amazônica e prossegue com a questão indígena, 254 — 4. A traição separatista, 255 — 5. Outras ameaças e outras traições, 256 — 6. A traição revisionista, 256 — 7. A Amazônia é hoje o coração da unidade nacional, 257 — 8. O assalto à soberania e a ocupação dissimulada da Amazônia, acobertada pela proteção das reservas indígenas, 258

21. MITO E COSMOS NO PENSAMENTO JURÍDICO DOS PRÉ-SOCRÁTICOS

1. As origens da filosofia ocidental, 260 — 2. A concepção mitológica do Direito, segundo Homero, Hesíodo e Sólon, 261 — 3. Os pré-socráticos e o caráter cosmológico da ordem jurídica, 264 — 4. Pitágoras e sua doutrina da justiça, 265 — 5. Heráclito, um precursor insigne da revolução antropológica, 266

22. A FILOSOFIA DO ESTADO E DO DIREITO NA IDADE DA SOFÍSTICA

1. Foram os sofistas filósofos?, 270 — 2. A reabilitação hegeliana e o problema das fontes, 271 — 3. A posição revolucionária (os sofistas) e a posição conservadora (Sócrates, Platão e Aristóteles) na crise do mundo grego, 273 — 4. Grandeza e miséria da sofística, 275 — 5. A controvérsia dos intérpretes acerca dos sofistas: a) crítica de desintegração, b) filosofia do iluminismo (“paidéia”), c) nova atitude do filosofar, 278 — 6. Com a sofística começa o problema filosófico do Direito, 281 — 7. As bases do relativismo jurídico de Protágoras, Górgias e Trasímaco, 284 — 8. Teoria de um direito natural revolucionário: a) o reacionarismo de Cálicles, b) o cosmopolitismo humanista de Hippias e Antífon, c) o contratualismo de Licofron, 288

23. SÓCRATES E SUA COMPREENSÃO FILOSÓFICA DO DIREITO E DA *PÓLIS*

1. O pensamento socrático como ponto de partida e eixo da reação à doutrina sofística do Direito e do Estado, 292 — 2. O mito socrático na Filosofia: o exame científico das fontes, com o primado da versão aristotélica (Schleiermacher, Zeller e Joel), 295 — 3. A tempestade que a crítica de Nietzsche desencadeou, 298 — 4. O prestígio de Sócrates restaurado por H. Maier e pelos helenistas escoceses (escola de St. Andrews), 300 — 5. O binômio indivíduo-sociedade e sua valoração, segundo Sócrates: outro tema de discórdia dos intérpretes, 302 — 6. Direito natural conservador ou jusnaturalismo revolucionário, de cunho individualista, na tragédia socrática?, 306

24. FILOSOFIA DO DIREITO, SOCIOLOGIA JURÍDICA E CIÊNCIA DO DIREITO

1. Filosofia e Sociologia, 310 — 2. A Filosofia do Direito: 2.1 objeto e problemas fundamentais, 320; 2.2 identificação com o direito natural, 323; 2.3 importância da Filosofia do Direito na concretização do ideal jurídico, 324; 2.4 a crise do pensamento filosófico: advento da escola histórica e do positivismo, 327; 2.5 o idealismo alemão e seu papel na restauração da Filosofia do Direito, 329; 2.6 o problema metodológico, 331 — 3. A Sociologia Jurídica: 3.1 bosquejo histórico e fixação conceitual, 335; 3.2 aspectos positivos e negativos da Sociologia Jurídica, 338; 3.3 as diversas escolas sociológicas do Direito, 341; 3.4 a teoria materialista da História, 342 — 4. A Ciência do Direito: sua autonomia com Savigny, 345 — 5. Ciência do Direito, Sociologia Jurídica e Filosofia do Direito, 347

25. UM NOVO CONCEITO DE DEMOCRACIA DIRETA

1. A democracia, um direito fundamental da quarta geração?, 349 — 2. A descrença da Sociedade no funcionamento do aparelho representativo, 351 — 3. Os veículos da democracia direta introduzidos pela Constituição de 1988, 351 — 4. Que é a democracia direta?, 352 — 5. A essência da democracia direta entre os gregos, 353 — 6. Um novo conceito de democracia direta, 354 — 7. A compatibilidade da democracia direta com formas representativas remanescentes, 355 — 8. Analogias do conceito de democracia direta com o conceito de partido único, 356 — 9. A democracia direta estabelece, em termos absolutos, o primado do controle popular sobre o Poder, 358 — 10. A democracia direta não se confunde com os seus meios instrumentais ou suas técnicas, 359 — 11. As possibilidades constitucionais de introdução da democracia direta no Brasil, 360 — 12. Conclusões sobre a democracia enquanto direito natural do gênero humano, 362 — 13. A democracia direta enquanto base de legislação da normatividade criada por via hermenêutica, 363 — 14. Com a democracia, elevada à categoria de Direito fundamental, prepara-se o advento de um Terceiro Estado de Direito, 364

26. A REVISÃO CONSTITUCIONAL

1. A tentativa de salvar a revisão da Constituição nos termos do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: adiamento do projeto revisionista e convocação de uma Constituinte revisora, 372 — 2. A revisão constitucional por via de Emenda é possível e não fere a Constituição, 373 — 3. A inconstitucionalidade da segunda revisão com base no art. 3º do ADCT, 374

BIBLIOGRAFIA, 377